

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

DF monitorado

A governadora em exercício no Distrito Federal, Celina Leão (PP), disse que a segurança pública na capital está devidamente monitorada após a intervenção federal por conta dos atos terroristas que depredaram os prédios dos Três Poderes. A chefe do Executivo local participou da cerimônia de retomada dos trabalhos do Judiciário na manhã de ontem. “Hoje, tudo está relativamente monitorado. A nossa recomposição está nesse espaço democrático, com o fim da intervenção, contra os ataques que aconteceram às instituições”, disse em conversa rápida com os jornalistas na saída da solenidade.

Dois pesos

A separação do Ministério da Previdência e do Trabalho tem causado insatisfação entre os servidores da pasta. As principais reclamações são sobre a falta de isonomia na distribuição de cargos, o que tem impactado na estrutura e prestação de serviço aos próprios segurados que, segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seria uma das prioridades do governo. Em termos de estrutura e distribuição de cargos, a pasta é a terceira menor da Esplanada. A própria presidência do INSS também segue indefinida. A autarquia federal é presidida interinamente, há mais de um mês, após a saída de Guilherme Serrano.

Novas frentes

A Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) está animada com as propostas de reestruturação em discussão na Advocacia-Geral da União. A ideia de se criar procuradorias específicas em defesa da democracia e do meio ambiente, defendida pelo ministro Jorge Messias, agrada os integrantes da Anafe. E não falta trabalho para essas frentes: nos últimos dias, a AGU iniciou a ofensiva contra o jogador de vôlei Wallace, por incitação à violência contra o presidente Lula.

A mensagem dos Três Poderes

A volta do calendário político em Brasília, com o início do ano Judiciário e a eleição dos comandantes das duas casas legislativas, foi marcada pela exaltação da democracia. Em todos os discursos proferidos ontem, as autoridades destacaram a confiança no Estado de direito e o repúdio à infâmia praticada em 8 de janeiro contra a República.

Não resta dúvida, contudo, que a manifestação mais comovente partiu do Supremo Tribunal Federal. A casa da Justiça, absurdamente vilipendiada naquele triste domingo, ecoou a mais firme mensagem contra os atos repugnantes ocorridos em Brasília. Os recados foram claros e veementes: a democracia é maior do que a tirania; a Justiça se imporá sobre os serviços do autoritarismo; o diálogo e o respeito vencerão a intolerância e a violência.

Para além das palavras, o compromisso inabalável com a democracia será posto à prova nos próximos meses. Enquanto o Judiciário manterá o firme cumprimento da lei para conter movimentos golpistas, o Executivo e o Legislativo começarão a escrever um capítulo de retomada da política, após o paroxismo da polarização impedir o convívio das divergências. Não será uma tarefa simples, considerando a expressiva votação do bolsonarismo no Senado.



Taísa Medeiros/CB/D.A. Press



Impresso e digital

A proeza de Arthur Lira de conquistar 464 votos na Câmara pode ser medida pela concentração de deputados na hora de votar. No salão verde, parlamentares formaram fila (foto) para reeleger o presidente da Casa. E em tempo: enquanto a eleição de Lira ocorreu por meio de votação eletrônica, o Senado manteve a tradição de voto em cédula. Seja voto impresso, seja digital, ninguém questionou resultado do pleito.

Lei Paulo Gustavo

O STF começou a julgar hoje, desde a zero hora, a Medida Provisória 1.135/22, que adiou os repasses para o setor cultural e de eventos, determinados pela lei Paulo Gustavo. Em novembro do ano passado, a ministra Cármen Lúcia concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da MP. Agora, a Corte decide se mantém ou não a decisão da magistrada. “Sem pé nem cabeça. Mas não é um filme de terror, é a MP contra a cultura do Bolsonaro. Esperamos que o Supremo confirme a liminar dada pela ministra relatora contra essa excrescência”, disse à coluna o advogado Bryan de Jongh, da Associação Brasileira de Cineastas do Rio de Janeiro (Abraci-RJ) — que atua no caso.

Com Luana Patriolino

PODER

Indicado por Lira sob suspeita

Índigenas acusam deputado Jhonatan de Jesus, que pode ir para o TCU, de ligações com exploradores das terras ianomâmi

» TAINÁ ANDRADE
» RAPHAEL FELICE

Apadrinhamentos

Às vésperas da eleição para o Tribunal de Contas da União, os indígenas que acompanham a crise humanitária dos ianomâmis, em Roraima, denunciam a indicação do deputado federal Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), apadrinhado pelo presidente reeleito da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o TCU. A preocupação é porque a bancada roraimense, segundo os representantes dos povos originários, é adversária da questão indígena e vários são os políticos do estado com conexão estreita com empresários que têm interesse na exploração das terras ianomâmis. Por isso, fazem pressão para que Jhonatan seja investigado antes da nomeação.

“Quando chegar ao TCU, não tem volta. Não se pode colocar uma pessoa que está no cargo para investigar (questões que, supostamente, são de seu interesse). Não é novidade que todos os deputados de Roraima são contra a questão indígena. Sou favorável que tenha uma investigação para ver se há ligação direta”, defende Ariene Susui, jornalista e ativista do povo wapichana, e que falou em nome de várias nações.

Ela salienta que os povos que vivem nas reservas do estado acompanham com preocupação a movimentação dos políticos roraimenses, cujas decisões, além de impactar a saúde indígena, são majoritariamente contrárias à população originária. Segundo Ariene, os três últimos gestores do Distrito de Saúde Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) foram feitas indicações de pessoas ligadas à família de Jhonatan, que tinha conexão com o presidente Jair Bolsonaro.

Ariene enumerou as pessoas com alguma relação com o deputado. Segundo ela, em 2019 assumiu o DSEI-Y o major do Exército Francisco Dias, indicação senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), pai de Jhonatan. Um ano depois, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) exonerou o militar.

Rômulo Pinheiro foi a indicação de Jhonatan na sequência, em 2020. Ele acumulou denúncias de desassistência dentro da terra ianomâmi e é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF). Sucedeu outra indicação do pai de Jhonatan: Ramsés Almeida, ex-vereador do município de Mucajá (RR), que ficou até novembro de 2022. Foi denunciado por servidores pelo desvio de vacinas, que seriam para indígenas, em troca de ouro. Foi alvo de 10 mandados de busca e apreensão cumpridos pelo MPF e pela Polícia Federal (PF).

Em todas as nomeações, os indígenas fizeram mobilizações para pedir que os postos fossem ocupados por alguma representação dos originários. “Sempre se fazia mobilização para a ocupação dos cargos. A questão da saúde, especificamente, não teve um retorno porque sabíamos que estava na mão desses políticos. Os dois DSEI Leste e Yanomami foram sempre palco de acordos e indicações políticas de pai e filho (Jhonatan e Mecias). A gente vê a questão sempre ser contrária aos indígenas e favorável ao garimpo”, acusou Ariene.

O Correio entrou em contato com a assessoria de Jhonatan, mas obteve como resposta que seria “difícil (uma manifestação do deputado) por causa da posse” dos parlamentares no Congresso Nacional.

Nilson Sebastian/Agência Câmara



Jhonatan (E) e sua família designaram alguns daqueles que estiveram à frente do distrito sanitário dos ianomâmis

» Ação contra PEC para criar Guarda

A bancada do Distrito Federal no Senado já age para travar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição que cria a Guarda Nacional — que protegeria os prédios da Esplanada dos Ministérios, da Praça dos Três Poderes, além de embaixadas e missões estrangeiras. A criação desse destacamento diminuiria os recursos do Fundo Constitucional, pelo qual é pago o dispositivo de segurança do DF. Uma reunião para tratar do caso está agendada, para hoje, entre os senadores do DF, a governadora Celina Leão, o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, e o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz.

MP vai reavaliar as contas de Juscelino

O Ministério Público Eleitoral do Maranhão vai reanalisar a prestação de contas da campanha do ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA). A decisão dos procuradores de fazer um pente-fino nas despesas do então candidato a deputado pelo União Brasil ocorre após ser divulgado que ele prestou informações falsas à Justiça para justificar despesas com voos de helicóptero.

A lista de passageiros apresentada pelo ministro incluía um casal e a filha de 10 anos, de São Paulo. A família disse que não conhece Juscelino nem trabalhou para ele. Os três apareceram em 23 supostos deslocamentos de helicóptero, de um total de 77,

pagos com dinheiro público do fundo eleitoral.

“Não tenho nenhuma ligação com campanha no Maranhão. Nunca fiz nada ligado ao Maranhão, nem tenho ligação com nenhum político”, afirmou o empresário Daniel Pinheiro de Andrade. O ministro disse ter gasto R\$ 385 mil com uma empresa de táxi aéreo. O então candidato a deputado gastou, ao todo, R\$ 2,8 milhões na sua campanha à reeleição.

De forma reservada, integrantes do MP maranhense disseram que a divulgação traz elementos novos ao caso que exigem uma reanálise dos documentos da campanha de Juscelino. Os

procuradores entendem que ele não demonstrou vínculo “formal” ou “informal” com os passageiros.

Silêncio

Desde o começo da semana, o Palácio do Planalto procurou ficar em silêncio diante das denúncias sobre Juscelino. As negociações para garantir a vitória de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na disputa à presidência do Senado contra Rogério Marinho (PL-RN) levaram ministros do governo e líderes da base aliada a evitar atritos com o grupo que indicou o ministro. Um dos padrinhos dele é o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que

esteve nas articulações para reeleger Pacheco.

As contas de Juscelino já tinham sido aprovadas, com ressalvas, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Entretanto, o MP insistiu que havia irregularidade e apresentou um recurso especial à decisão do plenário da Corte. A defesa de Juscelino argumentou, no processo, que não havia falhas na documentação e que não cabiam mais questionamentos.

Para especialistas, os documentos falsos podem resultar em ação por falsidade ideológica, se comprovado o dolo do candidato — ou seja, a intenção de ludibriar a Justiça Eleitoral.